

HABEAS CORPUS Nº 515.279 - SP (2019/0167680-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUANA TRINO DE MEDEIROS - RJ184191
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SIMONE MACARIO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de SIMONE MACARIO DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que foi autorizado o recambiamento da paciente, presa em São Paulo, para o Estado de Minas Gerais.

Interposto recurso pela defesa, foi negado provimento ao agravo em execução nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 115):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. Recambiamento. Recurso defensivo. Alegada falta de fundamentação e necessidade de permanência em São Paulo para ter contato com a família Improcedência. Agravante processada no estado de Mato Grosso. Necessidade de possibilitar ao juiz natural a pronta apresentação da agravante, se o caso Vínculos familiares não demonstrados. Informação do estabelecimento prisional de que, entre julho de 2018 ao final de fevereiro do corrente ano, a agravante não recebeu uma visita sequer de familiares. Recambiamento viabilizado Recurso não provido.

Daí a presente impetração, na qual a defesa sustenta que "a paciente é portadora do vírus HIV, razão pela qual sua saúde é debilitada e exige cuidados permanentes. Além disso, seu filho, netos e companheiro moram em São Paulo. Assim, o recambiamento implicaria na fragilização dos vínculos familiares, bem como possíveis riscos para a saúde da presa" (e-STJ fl. 4).

Assevera que "a remoção da presa para unidade da federação distante da residência de seus familiares, sem qualquer fundamento para tanto, viola diretamente as previsões constitucionais, pois implica tratamento cruel e violador da dignidade, bem

como importaria em imediato enfraquecimento dos laços familiares, que devem ser preservados por decisão constitucional" (e-STJ fl. 6).

Alega, outrossim, que o Juízo de primeira instância teria autorizado o pedido de recambiamento sem a devida fundamentação.

Requer a concessão da liminar "para que sejam suspensos os feitos da decisão que determinou o recambiamento, mantendo-se a presa na unidade prisional em que se encontra até decisão final do presente *habeas corpus*" (e-STJ fl. 9).

No mérito, pleiteia "seja cassada a decisão que determinou o recambiamento" (e-STJ fl. 10).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

